



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

3

SEXTA-FEIRA, 15 :: fevereiro :: 2013

Jornal do Dia

# Opinião

Editorial

## Para dar fim à precariedade

**E**m Aracaju, as chamadas feiras livres como que brotam ao acaso, ignoram as normas da Vigilância Sanitária e ainda contam com a cumplicidade da população, acostumada a fazer vistas grossas quando se trata de fazer valer os próprios direitos. Uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Sergipe, contudo, colocou o dedo na ferida e pretende acabar com a leviandade. De acordo com o promotor de Justiça responsável pela ação, o MP não pretende acabar com as feiras Livres. O que se pretende é a sua adequação, para que a população possa usufruir de um serviço de qualidade.

Depois do fechamento da feira do Orlando Dantas, mais três pontos estão na mira da promotoria. No entanto, a negligência dos feirantes ultrapassa o limite dos bairros Coroa do Meio, Grageru e Ponto Novo. Segundo estimativa do próprio MP, todas as feiras de Aracaju estão incapacitadas para funcionamento.

A informação é grave, mas não surpre-

ende. Ano passado, a precariedade do comércio realizado no Mercado Albano Franco foi alvo de uma série de matérias publicadas pelo JORNAL DO DIA. Apesar das denúncias, o quadro não foi alterado. Qualquer consumidor pode testemunhar a precariedade com que frutas, verduras e carnes

são comercializadas no espaço.

A situação fica ainda mais preocupante quando levamos em consideração a responsabilidade dos consumidores. Ao que parece, uma resistência cultural impede nossos cidadãos de verificar

**Enquanto as pessoas considerarem normal comprar alimentos em condições inadequadas vai ser muito difícil, até mesmo para o poder público, por fim a tanta precariedade**

as condições em que o produto adquirido nas feiras é exposto à venda. A legislação existe e estabelece parâmetros razoáveis para o comércio de hortifrutigranjeiros, mas para ser cumprida precisa de fiscalização rigorosa. O MP resolveu fazer a própria parte, mas enquanto as pessoas considerarem normal comprar alimentos em condições inadequadas vai ser muito difícil, até mesmo para o poder público, por fim a tanta precariedade.